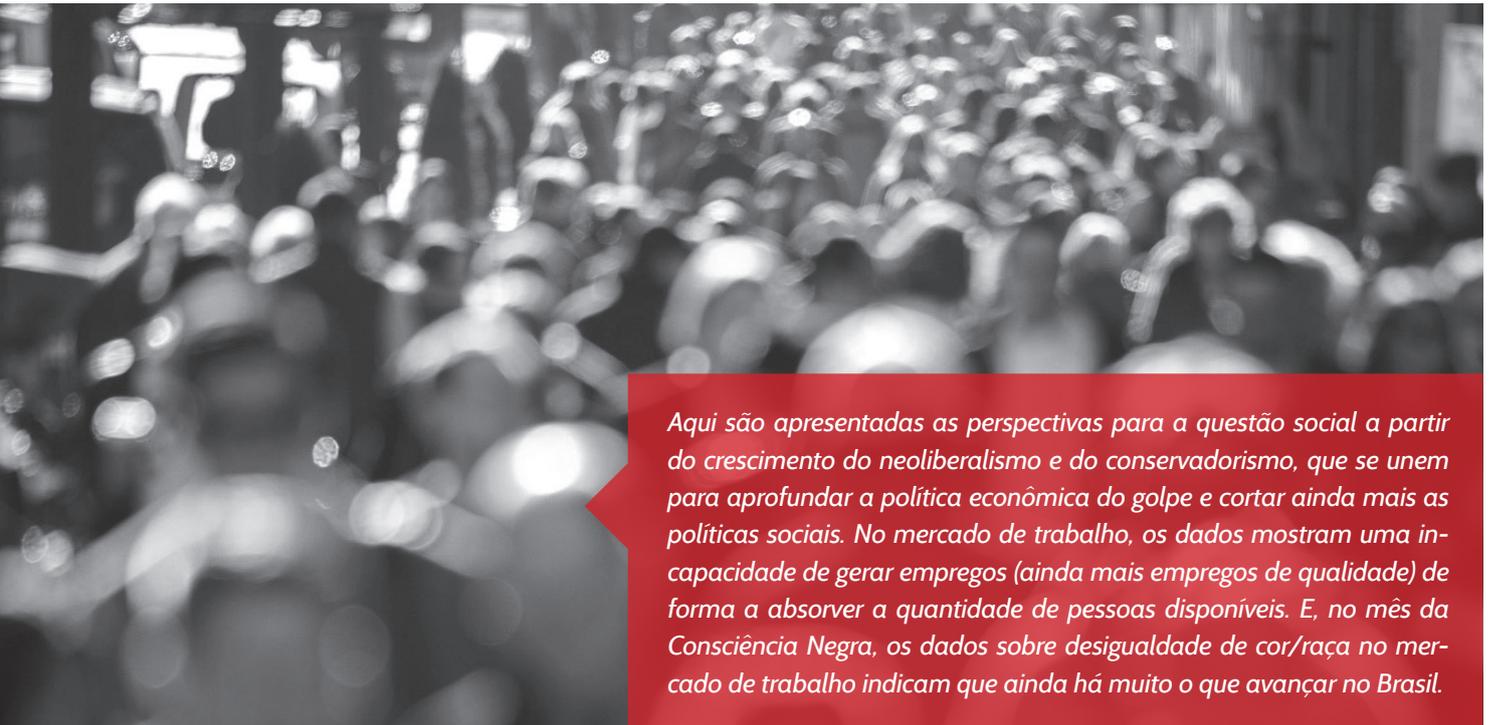


SOCIAL



Aqui são apresentadas as perspectivas para a questão social a partir do crescimento do neoliberalismo e do conservadorismo, que se unem para aprofundar a política econômica do golpe e cortar ainda mais as políticas sociais. No mercado de trabalho, os dados mostram uma incapacidade de gerar empregos (ainda mais empregos de qualidade) de forma a absorver a quantidade de pessoas disponíveis. E, no mês da Consciência Negra, os dados sobre desigualdade de cor/raça no mercado de trabalho indicam que ainda há muito o que avançar no Brasil.

Questão social e crescimento do neoliberalismo

As perspectivas que se abrem para a questão social sob o governo que se inicia no ano que vem não são positivas para a questão social. De um lado, avançam o pensamento neoliberal e a defesa da austeridade; de outro, o conservadorismo como força política, que ataca os que lutam pela diminuição das desigualdades sociais, de gênero, raciais etc.

A má notícia para a maioria da população brasileira – as trabalhadoras e os trabalhadores – é que a política econômica de Temer será continuada e aprofundada por Jair Bolsonaro, como mostram as indicações dos futuros ministros, entre eles Paulo Guedes. Além disso, Guedes convidou um conjunto de economistas formados na Escola de Chicago para ocuparem diversos cargos chave no governo. Vale lembrar que foram economistas desta escola que realizaram grandes reformas liberalizantes no Chile durante a ditadura de Pinochet, como, por exemplo, a reforma da Previdência, que levou grande parte dos aposentados chilenos a ter hoje um rendimento menor que o salário mínimo: cerca de 90% deles recebem um benefício de menos da metade de um salário mínimo.

Essa estratégia, de seguir a mesma linha e aprofundar as reformas que cortam direitos, ficou mais

clara com o lançamento do documento “Caminho para o Futuro” pelo MDB neste mês, em que saúda o governo Bolsonaro como continuidade do projeto de Temer e aponta que ele vai conseguir aprofundar esse programa. “Não há caminho alternativo”, diz o documento. Também é sintomático que Renan Calheiros, grande nome do MDB, tenha declarado que há uma convergência programática na economia do MDB com Bolsonaro. No plano econômico, Bolsonaro é o aprofundamento do projeto do “Ponte para o futuro”, a legitimação autoritária da perda de direitos e do golpe.

A perspectiva de que o quadro para a questão social não será positivo se confirma também pelas indicações para ocuparem cargos no novo governo de pessoas ligadas a movimentos conservadores como o “Escola ‘sem’ partido”, que possui um teor fortemente persecutório, repressor e violento. A esse respeito, especialistas da área da educação têm alertado que o movimento prega que a escola passou a ser “ideológica” nos últimos trinta anos, o que coincide com o período da redemocratização do país.

Para os que acham que tal panorama é exagero, vale lembrar também que Paulo Guedes afirmou que o Brasil “vai enterrar o modelo econômico social-democrata”. A Constituição Federal de 1988 (CF88), chamada de Constituição Cidadã, de fato

se inspirou na social democracia, em especial a europeia, para instituir uma série de direitos aos cidadãos brasileiros, tal como consta no artigo 6º: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. No entanto, toda a carga de exclusão e desigualdade da sociedade brasileira, de quatrocentos anos de escravidão seguida por períodos ditatoriais, não foi passível de ser alterada facilmente: aqui não é que tenha falhado o projeto de inclusão social, mas sempre floresceu a exclusão social. Soma-se a isso que, nos anos 1990, que se seguem à promulgação da CF88, o país tenha entrado na égide do neoliberalismo, que não garantiu recursos para as áreas sociais e ampliou problemas como o desemprego, a fome e a pobreza.

Assim, trinta anos da CF88 se passaram, mas voltamos ao mesmo pensamento: à época de sua promulgação, Sarney dizia que ela tornaria o país ingovernável. À época do documento “Ponte para o Futuro”, dizia-se que a Constituição não cabia no orçamento. Agora Paulo Guedes, que parece ter superpoderes no futuro governo, tem como uma de suas primeiras falas após a eleição esse ataque à Carta. Não serão anos fáceis para aqueles que dependem do Estado para ter acesso aos direitos sociais citados na Constituição.

Não é casual que os ataques em diversos fronts convirjam para a crítica do que foi feito “nos últimos trinta anos” ou do que foi “garantido na Constituição”: muitos dos membros do novo governo, inclusive o presidente eleito, defendem abertamente a ditadura militar.

Mercado de trabalho

Foram criadas 57,7 mil vagas de emprego com carteira assinada em outubro, segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho. Apesar de positivo, o resultado ficou abaixo do esperado e abaixo do registrado no mesmo período do ano passado, quando foram abertos 76,5 mil postos formais. E também, os números estão muito abaixo da média do período pré-crise.

De fato, a situação no mercado de trabalho continua grave. A taxa de desocupação no trimestre de julho a setembro de 2018 foi de 11,9%, segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC). A taxa é menor que no trimestre anterior (abril a junho), em que foi de 12,4%, e menor que no mesmo trimestre do ano anterior, em que foi 12,4%.

Apesar da queda na taxa de desocupação e na população desocupada (que chega a 12,5 milhões), a taxa de subutilização (composta por pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial) foi de 24,2%, maior que os 23,9% encontrados no mesmo trimestre do ano anterior. A população subutilizada (27,3 milhões) ficou estável frente ao trimestre anterior (27,6 milhões de pessoas). Em relação a igual trimestre de 2017 (26,8 milhões), este grupo cresceu 2,1%, um adicional de 559 mil pessoas subutilizadas.

Um fator apresentado pela pesquisa é muito importante para ajudar a explicar a queda da desocupação no Brasil, e vai na mesma direção do aumento da subutilização: o número de pessoas desalentadas (4,8 milhões) subiu 12,6% em relação ao mesmo trimestre de 2017 (4,2 milhões). Também, se manteve estável o número de empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada (exceto trabalhadores domésticos), o que puxou o emprego foi o setor privado sem carteira de trabalho assinada (11,5 milhões de pessoas), que subiu em relação ao trimestre anterior (4,7%), representando um incremento de 522 mil pessoas. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, subiu 5,5%, um adicional de 601 mil pessoas. Também a categoria dos trabalhadores por conta própria (23,5 milhões de pessoas) cresceu 1,9% em relação ao trimestre anterior (mais 432 mil pessoas) e subiu 2,6% (mais 586 mil pessoas) em relação ao mesmo período de 2017.

Assim, a PnadC continua mostrando que a queda da taxa de desocupação vem acompanhada do crescimento do emprego sem carteira e por conta própria (vínculos mais precários em termos de segurança e direitos) e devido a uma ampliação do desalento entre os trabalhadores brasileiros: se pa-

ram de procurar emprego, os trabalhadores deixam de contar como desocupados, contribuindo para que o índice caia.

Até aqui, não há boas notícias para os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiros. A reforma trabalhista, que, diziam, criaria seis milhões de empregos (mas nunca provaram como), não conseguiu dinamizar o mercado de trabalho brasileiro, só conseguiu arriscar direitos adquiridos dos trabalhadores.

Além disso, vale dizer que Jair Bolsonaro criticou a medição de desemprego no país, que seria “uma farsa”, segundo ele. Completou que “quem recebe Bolsa Família é tido como empregado, quem não procura emprego há mais de um ano é tido como empregado, quem recebe seguro-desemprego é tido como empregado.”

O presidente eleito está muito mal informado sobre como é calculada a taxa de desocupação (e não desemprego) e sobre as diversas estatísticas que já existem relativas às preocupações apontadas pelo futuro mandatário. Por exemplo, a Pnad Contínua, calculada pelo IBGE, já mede a quantidade de pessoas desalentadas, que é o contingente de pessoas que desiste de procurar emprego. Formalmente, elas não entram na estatística como desocupadas, pois pessoas desocupadas são aquelas que estão procurando emprego. Essa medição não é uma invenção brasileira, mas é adotada segundo critérios internacionais, para tornar nossos dados comparáveis aos de outros países. O futuro mandatário também erra quando diz que quem recebe bolsa-família ou seguro-desemprego é considerado em-

pregado. Auferir algum tipo de renda nada tem a ver com o status de ocupado ou desocupado.

O comentário do presidente eleito mostra desconhecimento sobre as estatísticas relativas ao mercado de trabalho e provocou cautela entre pesquisadores da área, que temem alterações que quebrem séries históricas e retirem as medições brasileiras dos padrões internacionais, além de descreditar o trabalho sério realizado por instituições que realizam esse tipo de pesquisa, como o próprio IBGE.

A crítica do vem em um período em que o IBGE enfrenta graves cortes orçamentários e de pessoal, levando alguns analistas a começarem a falar em “apagão estatístico” no país, o que é algo gravíssimo.

Mês da Consciência Negra e o racismo estrutural

Em novembro celebra-se o mês da Consciência Negra. No entanto, o caminho para alcançar o fim das desigualdades raciais ainda é longo no Brasil: os dados mostram que, por exemplo, em 2016 o rendimento-hora dos brancos ocupados no Brasil foi de 18,1 reais e dos negros (pretos e pardos) foi de 10,2 reais: o rendimento-hora dos negros equivaleu a 56,4% do rendimento-hora dos brancos. Na mesma linha, para esse ano, o rendimento médio do trabalho principal dos negros foi em média 57,5% do rendimento dos brancos. Já a diferença das taxas de desocupação entre brancos e negros também é muito significativa: em 2016, enquanto entre os brancos esta taxa foi de 9,1%, entre os negros foi de 13,2%.